

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados
Emprego dos sinais de pontuação;
INFORMÁTICA
Sistema Operacional: Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL





2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2.1. Preâmbulo e princípios
fundamentais. 2.2. Dignidade da pessoa humana e direitos humanos. 2.3. Dimensões dos
direitos humanos no Brasil15
3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos
sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos22
4. Aplicabilidade das normas constitucionais. 4.1. Normas de eficácia plena, contida e
limitada. 4.2. Normas programáticas
constitucionalidade: ADI, ADC, ADPF e reclamação constitucional72
5. Remédios constitucionais: habeas data, habeas corpus, mandado de segurança, ação
popular e mandado de injunção104
6. Organização político-administrativa do Estado. 6.1. Estado federal brasileiro, União,
Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios
7. Administração pública. 7.1. Disposições gerais, servidores públicos138
8. Poder Executivo. 8.1. Atribuições e responsabilidades do presidente da República152
9. Poder Legislativo. 9.1. Estrutura. 9.2. Funcionamento e atribuições. 9.3. Processo
legislativo
10. Poder Judiciário. 10.1. Disposições gerais. 10.2. Órgãos e competências do Poder
Judiciário. 10.3 Supremo Tribunal Federal. 10.3.1 Composição, estrutura e competências.
10.3.2. Súmulas Vinculantes e Repercussão Geral. 10.4. Superior Tribunal de Justiça. 10.4.1
Composição, estrutura e competências. 11. Funções essenciais à Justiça: Advocacia, Ministério
Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública197
12. Defesa do Estado e das instituições democráticas. 12.1. Segurança pública. 12.2.
Organização da segurança pública23
13. Da Ordem Econômica e Financeira. 13.1. Dos Princípios Gerais da Atividade
Fronômica 2 1 mandeira. 15.1. Dos 1 micipios delais da Atividade
Econômica
Meio ambiente 14.4 Família crianca adolescente idoso e índio
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio255
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio255
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio255
 Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
 Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
Meio ambiente. 14.4. Família, criança, adolescente, idoso e índio
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios. 1.3. Modelos de Administração Pública: burocrática, patrimonialista e gerencial. 1.4. Eficiência, eficácia e efetividade no setor público. 1.5. Governança e accountability. 1.5. Governança e accountability. 1.6. 3. 4. 4. 2. Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 1.4. 4.
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios. 1.3. Modelos de Administração Pública: burocrática, patrimonialista e gerencial. 1.4 Eficiência, eficácia e efetividade no setor público. 1.5 Governança e accountability. 1.5 Governança e accountability. 1.6 Governança e accountability. 1.7 Governança e accountability. 1.8 Governança e accountability. 1.9 Governança e accountabilit
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1. Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2. Natureza, fins e princípios





6. Controle e responsabilização da administração. 6.1. Controle administrativo. 6.2. Co	
judicial. 6.3. Controle legislativo.	
7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1. Evolução doutrinária. 7.2. Atos comissivo	
omissivos. 7.3. Causas excludentes e nexo de causalidade	
8. Probidade administrativa e princípios da Administração Pública. 8.1. Lei nº 8.429/1	
suas alterações. 8.1.1 Disposições gerais. 8.1.2 Atos de improbidade administrati	
respectivas penas. 8.1.3. Procedimento administrativo, processo judicial e disposições pe	enais.
	146
9. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)	156
NOCÕEC DE DIDEITO DENAI	
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	
3	
1. Aplicação da lei penal. 1.1. Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2. Lei per	
tempo e no espaço. 1.3. Tempo e lugar do crime. 1.4. Lei penal excepcional, espec	
temporária. 1.5. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6. Contagem de praz	
1.7. Interpretação da lei penal. 1.8. Analogia. 1.9. Irretroatividade da lei penal	
2. Teoria geral do crime. 2.1. Conceitos e evolução histórico-doutrinária. 2.2. Infração p	
elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo.	
3. O fato típico e seus elementos. 3.1. Crime consumado e tentado	
3.2. Concurso de crimes	
3.3. Ilicitude e causas de exclusão. 3.4. Punibilidade. 3.5. Excesso punível.	
Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).4. Imputabilidade penal	
5. Concurso de pessoas	
6. Crimes contra a pessoa	111
7. Crimes contra o patrimônio	154
8. Crimes contra a dignidade sexual	
9. Crimes contra a incolumidade pública	213
10. Crimes contra a paz pública	236
11. Crimes contra a fé pública	
12. Crimes contra a administração pública	264
13. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990)	319
14. Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997)	
15. Repressão ao tráfico ilício de drogas e seus crimes (Lei nº 11.343/2006)	329
16. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal	352
17. Política criminal, ordem pública e funções da Polícia	353
17.1. Uso da força pelos agentes de segurança pública	358
17.2. Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)	
18. Entendimento dos tribunais superiores em matéria penal	371
NOOÕEC DE DIDEITO DDOOFCCUAL DENAL	
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	
1. Direto processual penal. 1.1. Princípios gerais, conceito, finalidade, características.	
1.2. Sistemas de processo penal	8
1.3. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades	
2. Inquérito policial. 2.1. Histórico, natureza, conceito, finalidade, caracterís	
fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, r	
criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investi	
2.2. Conclusão, prazos	
3. Prova. 3.1. Exame do corpo de delito e perícias em geral. 3.2. Interrogatório do acu	
3.3. Confissão. 3.4. Qualificação e oitiva do ofendido. 3.5. Testemunhas. 3.6. Reconhecir	
de pessoas e coisas. 3.7. Acareação. 3.8. Documentos de prova. 3.9. Indícios. 3.10. Bu	
apreensão.	40





4. Interceptação telefônica: conceito, provas ilícitas e disposições legais (Lei nº 9.296/1996)
5. Restrição deliberdade. 5.1. Prisão em flagrante. 5.2. Prisão preventiva. 5.3. Prisão
temporária
 Disposições constitucionais aplicaveis ao Direito Processual Penal
7. Folicia e Ministerio Fublico. 7.1. Foderes investigatorios do Ministerio Fublico
7.3. Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013)
8. Revisão criminal e execução da pena. 8.1 conceitos, prazos e objetivos. 8.2. Lei nº
7.210/1984 (Lei de Execuções Penais)
3. Entendimento dos tribunais superiores em materia processual perial
LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE
LEDIƏLAÇAU PENAL EXTRAVADANTE
Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)
3. Lei 12.037/09 (Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado)19
4. Lei 12.830/13 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.
5 Lei 0.000/1005 e altergações / luizados Especiais Cíveis e Criminais
5. Lei 9.099/1995 e alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais)
44
7. Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)
8. Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)
10. Lei 1.521/51 (Crimes contra a economia popular) 241
11. Lei 8.137/90 (Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de
consumo)
12. Lei 4.737/1965 (Código Eleitoral)
14. Decreto-Lei 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais)
15. Lei 9.605/1998 (Crimes contra o Meio Ambiente)
16. Lei 9.613/1998 ("Lavagem" de Capitais ou ocultação de bens, direitos e valores) 372 17. Lei 9.807/1999 (Programa de Proteção à Testemunha)
18. Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)
19. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
20. Lei 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor)
21. Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime)
22. 2011 10.020/2010 (201001110 0 10110110110)
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
LLUISLAÇAU LSI LUIFIUA
1. Constituição do Estado do Ceará. 1.1. Da segurança pública e da defesa civil1 2. Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado
do Ceará)4
3. Lei nº 12.124, de 06 de julho de 1993 (Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do
Ceará)
4. Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 (Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará)

